

NÚCLEO DE EXTENSÃO

MANUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ANICUNS

2017

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	3
2. CONCEITO SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	6
3. SOCIALIZANDO O CONHECIMENTO	7
4. DA LEGALIDADE.....	8
4.1. Constituição federal.....	8
4.2. LDB. 9.394/1996 – Capítulo IV	8
4.3. Lei 11.788/2008 – Relação extensão e estágio curricular	8
5. EXTENSÃO E ESTÁGIO CURRICULAR	9
6. ÁREAS TEMÁTICAS	10
7. PROGRAMAS DE EXTENSÃO	11
8. MODALIDADES DE EXTENSÃO	13
8.1. Cursos	13
8.2. Eventos	14
8.3. Prestação de serviços.....	15
8.4. Ações comunitárias	15
8.5. Ações voluntárias.....	16
8.6. Publicações e outros produtos acadêmicos.....	16
10. PROJETO	17
11. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS.....	18
12. ELABORAÇÃO, FORMULÁRIOS E HOMOLOGAÇÃO	19
13. AVALIAÇÃO DE PROJETOS EM EXECUÇÃO E RESULTADO FINAL	20
14. FORMULÁRIOS.....	21
15. REFERÊNCIAS.....	22

1. DEFINIÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Entende-se por “extensão universitária” o ato de estender, permutar e trocar conhecimentos e aprendizagens entre a Instituição de ensino e a comunidade acadêmica. Desse modo, de acordo com Souza Neto; Attiki (2005) a extensão

[...] pode ainda ser definida como um processo educativo que envolve ações de caráter científico, cultural e artístico, voltadas para a integração da Instituição acadêmica, possibilitando, assim, uma efetiva participação da universidade na sociedade, reconhecendo em ambas as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico.

A Extensão tem como ponto de partida a necessidade do indivíduo em aprender a ler, interpretar e ressignificar sua vida, da sua comunidade e da própria humanidade. Assim, a Extensão tem como pressuposto a relação dialética entre o sujeito e a história, não sendo a Extensão apenas um instrumento a mais de transmissão ou transferências de técnicas ou conhecimentos, mas, além disso, de transformação e de construção social.

Na concepção de Paulo Freire, em extensão ou comunicação, não caberia se perguntar “a serviço de quem” a Extensão está; mas em que lugar ela ocupa nas relações sociais e o conteúdo de solidariedade que ela produz para emancipar ou manter o *status quo*.

Neste sentido, abre-se uma indagação: como a Extensão se colocará diante das e nas relações sociais, na reprodução, produção e transformação da sociedade ou da comunidade a que pertence?

A Extensão deve primar pelo caráter emancipatório. O conhecimento produzido tem como função articular conteúdos que formem no sujeito o caráter, a técnica, valores humanísticos e éticos. Espera-se preparar o indivíduo para ser profissional e técnico como um ser social. O papel da Universidade é mudar paradigmas de sobrevivência, devendo afetar experiências e os modos de vida das pessoas. Através da Extensão o conhecimento científico lança mão do conhecimento popular, e numa relação de mão dupla o conhecimento sistemático é construído.

A emancipação social ganhará celeridade quando instituições superiores começarem a investir significativamente em seus projetos de extensão. O

compromisso da Extensão (docentes, discentes e servidores) é mudar a condição de vulnerabilidade de grupos, comunidades e sujeitos marginalizados. Para que isso aconteça a produção do conhecimento deverá estar ligada às contradições da vida humana, relacionando o homem com o seu meio, tanto social e histórico quanto natural.

Assim, para que esse propósito aconteça faz-se necessário a participação, envolvimento e comprometimento das pessoas, estudantes, pesquisadores e servidores na realização das atividades de Extensão. É fundamental que os ideais de transdisciplinaridade, coletividade e isonomia vigorem nas atividades de extensão.

De acordo com Leite (2002), as instituições de ensino devem se preocupar com três esferas do conhecimento humano:

- a) senso comum: memória e auto-reflexão para a formação do ensino interativo.
- b) ciência: para a formação do pesquisador e ensinador (sic) técnico-profissional.
- c) crítica filosófica: para a formação do crítico radical do conhecimento, de si e da sociedade.

Com relação ao *senso comum*, entende-se como o conhecimento prático, pragmático, primário, permeado de contradições, crenças e valores culturais. É uma forma de leitura do real que é construída ao longo da vida do indivíduo. Cabe ao docente identificar esse conhecimento, promover sua aceitação, tanto na Academia quanto na comunidade, e valorá-lo. Por meio da linguagem haverá diálogo e troca de conhecimentos, popular e científico.

A *ciência* representa o campo em que o docente retira seu conhecimento, ensinado ou pesquisado. A não neutralidade da ciência traz em seu bojo conflitos de poder, sociais e políticos inerentes à realidade vivida.

O século XVIII tornou-se marco da cientificidade (ideais iluministas, enciclopédia,...). A “ciência moderna” tornou-se um conjunto de asserções capazes de explicar fatos e fenômenos, bem como a resolver problemas e males vividos pelos indivíduos. O conhecimento científico estabeleceu a ruptura com o senso comum, mediante a necessidade de se afirmar como produtora de conhecimento epistemológico contrário ao pragmatismo não metódico.

Por fim a *crítica filosófica* prima pela reflexão sobre o significado e o sentido dos fenômenos, das finalidades e do uso do conhecimento, o pensar da práxis (teoria + prática); o pensar a sociedade enquanto uma construção coletiva. É a

atitude racional de determinar e delimitar os referenciais a serem seguidos, os caminhos e as políticas a serem adotadas.

2. CONCEITO SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade.

- Espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade.
- Via de mão dupla pela qual a universidade leva conhecimentos e assistência à comunidade.
- Instrumento que diagnostica necessidades, anseios, aspirações e desejos da comunidade.
- Ação que promove a troca de conhecimentos (se aprende e ensina), de valores, de culturas e saberes.
- Ocorre de forma indissociável da pesquisa e do ensino.

3. SOCIALIZANDO O CONHECIMENTO

Por meio da Extensão, a universidade tem a oportunidade de levar, até a comunidade, conhecimentos de que é detentora, saberes que são oriundos da Pesquisa, e que normalmente são disseminados através do Ensino.

Quando a universidade socializa o conhecimento, de forma democrática, comunitária e isonômica, ela rompe com certos privilégios que foram empoderados pelas minorias (elites conservadoras) como: acesso ao conhecimento, a leitura, a cultura, ao lazer, a moradia, segurança, alimentação; aprovação em vestibulares; inserção em universidades públicas; inserção em cursos superiores (elitizados ou não); entre outros.

4. DA LEGALIDADE

4.1. Constituição federal

Em seu artigo 207 está disposto que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Ensino, pesquisa e extensão constituem as três funções básicas da universidade.

4.2. LDB. 9.394/1996 – Capítulo IV

- Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

VII – promover a extensão, aberta à participação, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

- Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas.

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

4.3. Lei 11.788/2008 – Relação extensão e estágio curricular

Art. 2 – O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 3 – As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

5. EXTENSÃO E ESTÁGIO CURRICULAR

De acordo com o artigo 2º da Lei 11.788/2008, o estágio obrigatório poderá ser realizado por meio de atividades de Extensão; necessitando para isso que tais atividades estejam devidamente registradas junto à Coordenação de Extensão, ou seja, em primeiro lugar deve-se elaborar um projeto, conforme o modelo de projetos de extensão, posteriormente submetido à aprovação do coordenador de Extensão para, então, poder validar a respectiva carga horária do projeto em questão.

Assim, o Estágio Curricular Obrigatório poderá ser realizado por meio de atividades extensionistas.

6. ÁREAS TEMÁTICAS

As áreas temáticas são grupos amplos em que os projetos de extensão se desenvolverão. Elas serão classificadas em 4 (quatro) grandes grupos (acadêmico, cultural, científico e responsabilidade social). Cada área conterà seu objetivo e seu campo de atuação. Conforme o objetivo esperado, o projeto enquadar-se-á numa determinada área temática:

Nº	Área Temática	Objetivo
1	Acadêmico	Realizar ações de melhoria institucional, no que diz respeito à formação dos docentes e discentes.
2	Cultural	Desenvolver ações de valorização e disseminação do conhecimento na comunidade.
3	Científico	Promover ações de desenvolvimento técnico-científico de relevância acadêmica e social.
4	Responsabilidade social	Realizar ações que conduzam ao desenvolvimento e a conscientização da comunidade com relação aos valores da ética e da sustentabilidade, promovendo uma comunidade mais cidadã.

7. PROGRAMAS DE EXTENSÃO

Os programas de extensão são as atividades que serão desenvolvidas pela Extensão ao longo de um dado período de tempo. Eles são classificados em 5 (cinco) programas. Cada programa tem seu tema de trabalho e objetivo esperados.

Nº	Programas	Objetivos
1	Inclusão digital	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de melhoria das condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. • Democratizar o acesso às tecnologias da informação, ampliando a oportunidade das pessoas relacionarem-se através da sociedade da informação. • Melhorar a condição de vida das pessoas.
2	Desenvolvimento econômico e social	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações que visam ampliar as possibilidades de progresso econômico e social da comunidade. • Aprimorar a capacidade das pessoas, no que diz respeito à uma melhoria da qualidade de vida.
3	Defesa do meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de conscientização e disseminação de ações que visam uma melhor qualidade de vida aos seres vivos. • Buscar uma relação mais harmônica entre o homem e a natureza, ou seja, um melhor equilíbrio ecológico.
4	Memória cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ações de preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural da comunidade, valorizando formação da identidade cultural individual e coletiva, das instituições de tradições e no registro de experiências significativas. • Valorizar, preservar, conservar pilares que são

		constitutivos dos conhecimentos e das identidades do povo.
5	Produção artística	<ul style="list-style-type: none">• Estimular a realização de eventos artísticos que possibilitem o uso das várias habilidades nos diversos campos de experiência e da prática humana, ampliando a visão das pessoas para além do racional, isto é, o estímulo ao sensorial, ao sinestésico e ao emocional.

8. MODALIDADES DE EXTENSÃO

As modalidades de extensão são as possíveis formas e/ou maneiras em que serão implementados os Programas de Extensão dentro de uma área temática.

Pode-se dizer que a modalidade é a forma na qual o projeto será desenvolvido pela Extensão, ou seja, a modalidade informa a maneira em que será implementado e desenvolvido um dado Projeto de Extensão.

Grande parte dos resultados que serão obtidos pelos programas de extensão estará diretamente relacionado com a modalidade escolhida e implementada.

8.1. Cursos

Os cursos têm perfil de ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância de modo sistemático, entendida como atividades de ensino extracurriculares, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas, com a função de capacitação, atualização, aperfeiçoamento ou treinamento, tanto de discentes como de pessoas da comunidade.

Nº	Tipos de cursos	Objetivos
1	Atualização e aperfeiçoamento	<ul style="list-style-type: none">• Proporcionar atualização frente às recentes mudanças jurídicas, administrativas, tecnológicas, educacionais, etc.
2	Capacitação	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver habilidades e técnicas para a execução de determinadas atividades.
3	Treinamento	<ul style="list-style-type: none">• Proporcionar a execução correta de atividade, preparando para o exercício de determinadas funções em determinadas organizações. A duração dos treinamentos pode variar conforme a complexidade do treinamento em questão.

8.2. Eventos

Os eventos são ações que implicam na apresentação e/ou exibição pública dos conhecimentos ou produtos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela Instituição.

Nº	Tipos de cursos	Objetivos
1	Congresso	<ul style="list-style-type: none"> Evento de âmbito regional, nacional ou internacional, com duração de 3 (três) a 7 (sete) dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.
2	Conferência	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação formal de destaque ou matéria em determinada área do conhecimento.
3	Palestra	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação formal de matéria em determinada área de conhecimento e que possibilite discussão e/ou debates.
4	Mesas redondas e painéis	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação por um número restrito de pesquisadores convidados, de um tema comum, seguido de debates.
5	Simpósio, jornada, seminário, colóquio, fórum, encontro, debates semanas, (...).	<ul style="list-style-type: none"> Eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em relação à duração quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais específicos.
6	Exposição, feira	<ul style="list-style-type: none"> Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, trabalhos, etc.
7	Exibição de eventos artísticos e de cinema e televisão	<ul style="list-style-type: none"> Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços ou trabalhos artístico-culturais.
8	Festival	<ul style="list-style-type: none"> Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados em edições periódicas.
9	Campanha	<ul style="list-style-type: none"> Ações pontuais que visam a um objetivo definido.

8.3. Prestação de serviços

É resultante de ação da Extensão com interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico que articule Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Pode ser encarada como um trabalho de caráter social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e que vise a uma transformação social.

Ela caracteriza-se por atividades de serviços profissionais que atendam às demandas tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, de direito público ou privado.

Realização da prestação de serviços envolve trabalhos à comunidade, empresas, órgãos públicos, etc., através de assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional.

Nº	Tipos de cursos	Objetivos
1	Assessoria	<ul style="list-style-type: none">• Coletar dados diante de um problema enfrentado pela sociedade ou uma organização em particular e auxiliar a partir de um tratamento especializado e realizado por um técnico pertinente. A assessoria é uma ação mais restrita e pontual que a consultoria.
2	Consultoria	<ul style="list-style-type: none">• Tem como finalidade realizar um atendimento, dar um conselho técnico-científico ou mesmo um diagnóstico a um dado problema da sociedade e posteriormente indicar e efetuar um tratamento especializado por área do conhecimento.
3	Cooperação inter-institucional	<ul style="list-style-type: none">• Ação que visa um intercâmbio entre instituições, troca de experiências, desenvolvimento conjunto de um projeto.

8.4. Ações comunitárias

São ações a serem realizadas pela instituição baseada na inter-relação entre parceiros (instituição e sociedade), cujo objetivo principal é a construção da cidadania.

Caracteriza-se por projetos de sensibilização e de organização da população, de forma a favorecer o melhor desenvolvimento social e das condições do ambiente de vida.

8.5. Ações voluntárias

Têm como objetivo difundir a importância da qualidade de uma vida em coletividade, por meio da valorização do trabalho voluntário, assim como estimular a participação social da comunidade universitária em experiências de solidariedade social.

8.6. Publicações e outros produtos acadêmicos

Tem como propósito estimular a produção e publicação de produtos acadêmicos, como artigos, ensaios, monografias, informativos, etc., permitindo-se, assim, uma maior divulgação cultural científica ou tecnológica.

10. PROJETO

Os projetos são propostas de atuação na realidade social de natureza acadêmica, que contemplem a relação ensino, pesquisa e extensão.

Compreende ações pontuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com um objetivo específico e prazo determinado.

Os projetos podem ser estruturados nas seguintes modalidades: curso, evento, prestação de serviço, ação comunitária, ação voluntária, publicação e outros produtos acadêmicos.

11. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

A relevância acadêmica significa que a proposta seja globalizante, articule ensino, pesquisa e extensão, de forma a relacionar os vários conteúdos disciplinares da Instituição.

Já, a relevância social é dada pelo grau de participação da sociedade (uma possibilidade de repercussão social do tema), pela possibilidade de contribuição ou inserção econômico-social e cultural da população excluída e pela possibilidade de criação e difusão de conhecimentos técnico-científicos à população em seu benefício.

12. ELABORAÇÃO, FORMULÁRIOS E HOMOLOGAÇÃO

Os interessados deverão estar atentos ao calendário institucional (prazos para protocolização de projetos) para que proceda a propositura de seus projetos. O proponente deverá preencher a ficha de inscrição e os formulários específicos do projeto (formulários estarão disponibilizados no site da Instituição). Esta feita, a proposta deverá ser remetida, mediante protocolo¹, à Coordenação de Extensão da Instituição.

Após protocolização do projeto, este será encaminhado para a coordenação do curso, para que seja consultado e dado parecer do Colegiado, sobre a sua viabilidade pedagógica, contribuições e possíveis fragilidades.

Diante disso, será dado um parecer técnico, contemplando se o projeto encaminhado foi deferido ou indeferido, dentro de um prazo de 15 dias.

¹ Será disponibilizado um livro de protocolo específico para a Coordenação de Extensão.

13. AVALIAÇÃO DE PROJETOS EM EXECUÇÃO E RESULTADO FINAL

A avaliação da extensão constituir-se-á na aplicação de instrumentos específicos através de relatórios com o objetivo de melhorar a organização institucional e traduzir o perfil da relação de reciprocidade da universidade com a sociedade.

O acompanhamento da execução e avaliação dos resultados das ações de extensão é da competência e responsabilidade da Coordenação de Extensão. Deverá elaborar um calendário específico que regulamente a entrega de relatórios parciais, finais² e a produção científica decorrente, pelo executor do projeto.

Assim, como os formulários de elaboração de projetos serão disponibilizados no site da Instituição, os formulários de relatórios receberão o mesmo tratamento.

² Deverá constar no Calendário Acadêmico da Instituição.

14. FORMULÁRIOS

A Coordenação de Extensão disponibilizará os seguintes formulários³: a) ficha de inscrição; b) proposta de projetos de extensão; c) relatório de desenvolvimento de atividade; d) relatório de avaliação dos resultados finais; e) ficha comprovante de participação.

³ Seguem em anexo.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano nacional de extensão universitária**. Brasília: MEC, 2001.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio (Coord.). **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, Denise; et.al. A avaliação institucional e os desafios da formação do docente na universidade pós-moderna. In: MASETTO, Marcos (org.). **Docência na universidade**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 2002.

SOUZA NETO, João Clemente; ATTIKI, Maria Luiza G. **Extensão universitária: construção de solidariedade**. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.